

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Terceira Sessão do Comité Preparatório da Conferência

Com a Conferência do Rio (Junho de 92) a "natureza" passou a ser, na consciência da comunidade internacional, um actor social de pleno direito na feitura da história. De igual modo, a Conferência do Cairo (que terá lugar em Setembro de 94) é o momento oportuno para uma consciência renovada de que a "população" não pode continuar a ser unicamente o objecto dos estudos demográficos mas que tem de emergir como o **sujeito** de todos os processos de transformação social.

Descobrimos, ao longo dos últimos anos, que estamos num mundo finito, com recursos finitos e com capacidade finita. Mas, paradoxalmente, esta consciência, em vez de nos limitar, torna-se - no contexto do novo paradigma que explica a história - um imperativo para **alargarmos** o modo como vemos a população e a sua qualidade de vida, no contexto das restrições e potencialidades sociais, económicas, ambientais e políticas.

A questão da população, quando focada sob o ângulo da qualidade de vida, aponta acima de tudo para a urgência do que há a fazer para que as pessoas se sintam livres e seguras, para que **tenham nas mãos o seu próprio destino**. Nas três audições públicas que a Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida promoveu até agora, ouvi repetidamente exprimir-se a mesma convicção - **a população são pessoas**, pessoas que vivem e morrem, sofrem e amam, lutam e esperam, participam e decidem. Como o disseram na primeira das audições públicas em Harare os representantes de mais de 40 Organizações Não-Governamentais empenhadas nas questões de "população": **"Nós merecemos uma melhor qualidade de vida."**

É imperativo descobrir as condições necessárias para harmonizar a dinâmica da população com a capacidade de cada sociedade para integrar, sem rotura, as consequências dessa dinâmica. De que falamos quando nos referimos à capacidade de cada sociedade? Por um lado, trata-se da **capacidade de arcar fisicamente e organizacionalmente** com a criação de recursos para as pessoas, com a absorção dos resíduos de um estilo de vida cada vez mais moldada pela vida urbana, com a lógica incontestada que está por trás da produção maciça em unidades deslocalizadas, com a resposta a graus de necessidade que o mundo antes nunca viu na escala atingida hoje. Por outro lado, trata-se da **capacidade de cuidar com determinação, inteligência e compaixão**, das necessidades fundamentais da população actual e futura.

Não basta tornar a "população" uma questão de "educação", de "saúde", de "ambiente", nem sequer de "desenvolvimento" quando, na prática, ela diz respeito a todos esses sectores nas suas múltiplas interacções e nas zonas finas das suas interfaces. Para atingir a questão da população na juntura exacta dessas interfaces são



necessárias **políticas públicas coerentes e integradas** bem como novas regras e instrumentos de governabilidade.

Na verdade, podemos perguntar-nos qual é a coerência da preocupação, generalizada entre muitos leaders mundiais, com a dinâmica da população quando as condições culturais e económicas necessárias para a educação e para serviços de saúde reprodutiva estão ausentes das prioridades políticas e dos programas de governo. Mais concretamente podemos perguntar-nos qual será o resultado, no longo prazo, dos serviços de saúde que não são acompanhados por uma educação capaz de conduzir ao **consentimento informado** e a uma **escolha responsável**. Ou ainda qual será a consistência de um programa educativo e de cuidados de saúde quando as políticas, **em vez de serem centradas nas pessoas**, são centradas nos diktats da economia, cortando cega e irresponsavelmente, nos orçamentos nacionais os recursos para a educação e para a saúde.

A necessidade da coerência das políticas públicas está directamente em questão no respeito prático dos direitos reprodutivos.

É hoje claro que, do respeito pela inviolabilidade da pessoa humana, decorre o direito e a responsabilidade da mulher como sujeito último da tomada de decisão no processo de transmissão da vida humana. A preparação da Conferência do Cairo tem revelado um consenso nascente quanto à primazia do indivíduo e, especificamente, da mulher nesta esfera pessoal e privada da sua vida.

Mas é oportuno levar este direito até às suas últimas consequências, tentando investigar o que ele implica. Será um tal direito compatível com a ausência das mulheres dos processos públicos de tomada de decisão? Será compatível com a marginalização prática, se não legal, das mulheres na sociedade? Será compatível com as indústrias que exploram as mulheres na sua sexualidade, a zona da sua vida em que estão directamente em causa os seus direitos reprodutivos? Será compatível com o abuso sexual crescente das crianças em tão diversas situações?

Não nos tentemos iludir. Quando os representantes dos Estados-membros das Nações Unidas reconhecem a primazia da mulher em tudo o que diz respeito aos seus direitos reprodutivos, estão a assumir e a afirmar uma responsabilidade política: a de garantir às mulheres, em todas as sociedades, a sua plena dignidade de seres humanos. Estão a afirmar que é indispensável, em todas as sociedades, uma mudança radical de mentalidades e dos modelos culturais e sociais de representações e de comportamentos. Estão a assumir que, em muitas situações concretas, será necessária uma modificação da legislação de modo a serem vencidos costumes e normas tradicionais e ultrapassadas batalhas ideológicas de um outro tempo.

A questão política central fica clara: estão os Estados-membros e, para além deles, as várias sociedades pelo mundo fora, prontos a iniciar essa mudança crucial de modo que a pessoa humana - neste caso, a mulher - seja o sujeito da sua própria vida?

Não se trata aqui de quaisquer reivindicações teóricas que só interessariam algumas mulheres mas sim de uma questão que assume proporções dramáticas no quadro da gravidez das adolescentes, fenómeno cada vez mais marcante em todas as sociedades. Nas recentes Audições Públicas do continente norte-americano, a Dr.ª Jocelyne Elders, Médico-General dos Estados Unidos, ao testemunhar perante a Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida, confirmou que os EUA têm uma das taxas mais altas do mundo quanto à gravidez das adolescentes. No Brasil, 52% das mulheres ficam grávidas antes de atingirem os 22 anos (isto num país onde o número de mulheres admitidas nos hospitais civis com complicações devidas a aborto clandestino é mais elevado do que o número de mulheres admitidas nos mesmos hospitais para um parto conduzido ao seu termo.)

Estes factos indicam que as questões relativas à população têm necessariamente de ser encaradas para além da clivagem Norte/Sul. Mais importante ainda, apontam para problemas vitais relativos à criação de modelos de comportamento e à sua circulação num mundo cada vez mais interdependente. E finalmente põem questões a todas as sociedades sobre a sua responsabilidade comum no clima criado ao nível da informação e da cultura. A "conspiração do silêncio" que rodeia a sexualidade enquanto dimensão fundamental da estruturação e da afirmação da pessoa humana tem contribuído para deixar a juventude à mercê da distorsão incontrolada da sexualidade veiculada maciçamente pela sociedade. Uma tal conspiração não pode continuar. A maior parte dos leaders políticos e religiosos têm manifestado a sua preocupação com o obscurantismo intelectual e ético que rodeia a criação de valores e a sua transmissão. Os valores que norteiam a sexualidade devem constituir um domínio indiscutível de conceptualização actualizada e de aprofundamento das acções de formação e informação necessárias.

Face à urgência desta tarefa, a Comissão Independente atribui uma elevada prioridade à determinação das causas que provocam a gravidez das adolescentes e está decidida a procurar formas inovadoras de acção. No imediato vejo três caminhos possíveis. Em primeiro lugar, os jovens têm de ser formados onde quer que se encontrem, devem ser estimulados a criar o espaço necessário para se organizarem entre si de modo a caminharem para uma tomada de consciência colectiva quanto à sua própria realização humana. Em segundo lugar, é urgente encontrar novas fórmulas no entozamento entre educação e serviços de saúde que garantam a adaptação à cultura jovem neste fim de século. Finalmente a Comissão Independente vai prosseguir as suas Audições Públicas nas várias regiões do mundo com uma participação crescente dos jovens de modo a

contribuir para o seu próprio processo de auto-conhecimento e de responsabilidade socialmente reconhecida.

Um segundo grupo de problemas decorre das interfaces que o documento de preparação da Conferência do Cairo indica, nomeadamente a interdependência entre "crescimento em números/ pobreza persistente/ desigualdades sociais e económicas/ consumo baseado no desperdício/ ameaças contra o ambiente".

Já há alguns anos o relatório Bruntland revelava a mesma preocupação ao afirmar que "população/ segurança alimentar/ perda de espécies e de recursos genéticos/ energia/ indústria/ estabelecimentos humanos, são problemas ligados uns aos outros e que não podem ser tratados isoladamente uns dos outros".

A percepção que tem a sociedade civil desta interdependência estreita entre problemas muitas vezes tratados de forma isolada e irrealista tornou-se patente nas Audições Públicas de Washington. Uma palavra atravessou com frequência o discurso dos grupos chamados a testemunhar: "**interligação**". O que significa que a população não pode ser isolada, convertida em factor simplista de causa ou efeito. Tem que ser necessariamente abordada como parte de um sistema mais complexo. Os factores que afectam a população não se reduzem a um só - são muitos e muito diversificados. Do mesmo modo, o desequilíbrio populacional não é a causa única de nenhum outro factor.

Neste contexto considero do maior significado a interligação existente entre população/ pobreza persistente/ modelos insustentáveis de produção e consumo. As acções desenvolvidas para alcançar o equilíbrio populacional deixam de ser relevantes se, ao mesmo tempo, **a pobreza não for combatida e se os modelos de produção e consumo continuarem incontrolados** nos princípios científicos e económicos que actualmente os justificam.

Desenha-se cada vez com mais precisão o postulado de que é necessário e possível elaborar **estratégias específicas contra a pobreza** no cerne das estratégias de desenvolvimento de cada país. É certo que durante as últimas três décadas realizámos um enorme esforço para integrar todos os factores sociais e económicos no conceito de desenvolvimento e nas políticas públicas que dele decorriam. Mas hoje, as questões urgentes postas pela dinâmica da população exigem que voltemos a focar a pobreza enquanto tal e a inventar acções que assegurem a sua eliminação. Ao fazê-lo não podemos deixar de considerar de forma nova questões que desde há muitos anos são parte da agenda do desenvolvimento. Refiro-me em particular à distribuição da terra e à reforma agrária, à reconstrução de um tecido rural saudável, à criação de novos tipos de economias locais de subsistência que tomem em linha de conta e apoiem as iniciativas de cada comunidade, o encorajamento das



pequenas e médias empresas, o desenvolvimento de cidades de dimensões intermédias.

Obviamente a Cimeira do Desenvolvimento Social em 1995 será a ocasião adequada para levar ao seu termo o trabalho já iniciado no plano internacional sobre os ingredientes possíveis de tais estratégias.

A Comissão Independente pensa, no entanto, que é necessário verificar a viabilidade das estratégias específicas contra a pobreza no contexto da Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, de modo a estabelecer uma base segura para o equilíbrio da população e para a sua qualidade de vida.

De igual modo, a Comissão Independente está a iniciar uma ampla consulta sobre o modo como poderá ser re-dirigida e re-orientada a lógica que preside actualmente aos modelos de produção e consumo. A convicção cada vez mais firme entre os cientistas quanto ao carácter irreversível dos fenómenos físicos, a pleiade de materiais novos abrindo cada vez mais as portas a um imenso conjunto de produtos "não-naturais", a proliferação dos resíduos industriais e urbanos a uma escala que aparece incontrolável, os efeitos de resíduos, sub-produtos e novos produtos sobre os vários sub-sistemas de suporte da vida, todos estes problemas exigem uma re-definição dos princípios orientadores da vida económica.

O princípio "o poluidor paga" já não se adequa à realidade dos processos químicos e biológicos - quando a poluição causa estragos irremediáveis nos seres vivos nenhum dinheiro pode compensar os danos provocados. Tão pouco a destruição das terras cultiváveis, o armazenamento de resíduos se podem atribuir unicamente ao "peso" do crescimento populacional nos países pobres sabendo-se que o acréscimo do gasto do consumo de uma criança que nasce hoje nos EUA representa cerca de 280 crianças no Nepal! O que significa que, em termos do consumo, a população dos Eua não é de 260 milhões mas sim de vários biliões!

Ao estabelecer estas correlações não estou a estigmatizar os "ricos" face aos "pobres", mas a apontar para a irracionalidade dos processos económicos e do único modelo existente. Como a aspiração actual dos países pobres é aceder ao mesmo nível de consumo dos países ricos a perspectiva não pode deixar de ser a de uma total implosão do planeta. Por isso o que está em causa é a tentativa de responder de outro modo às necessidades dos povos e à independência económica de cada sociedade. Para que tal seja possível é indispensável conceber e propor novos mecanismos que possam reorientar o consumo e a produção de tal modo que os instrumentos do mercado **livre** possam ser usados, a todos os níveis e em todas as sociedades, para o objectivo último de tornar as pessoas **livres**.

Finalmente, preocupa a Comissão a questão dos recursos necessários para concretizar as acções aqui indicadas. A Comissão vê uma dupla necessidade: a de redistribuição de recursos, a da sua mobilização. A sua importância não é apenas financeira mas também moral - é preciso mostrar sem equívocos um empenhamento partilhado que se exige de todos, tanto Governos como sociedade civil.

Dada a experiência do passado recente - sobretudo a incapacidade da totalidade dos Estados, com as notabilíssimas excepções da Holanda e da Suécia, de contribuírem para a ajuda ao desenvolvimento no Sul com 1% do PNB, como o requeriam as Estratégias Internacionais do Desenvolvimento - será provavelmente mais limitada do que seria de esperar a dimensão e a viabilidade de uma re-distribuição de recursos durante as duas próximas décadas.

A Comissão orienta-se, por isso, para a obtenção de recursos adicionais. Embora possa parecer uma opção difícil, há formas fiscais alternativas a plano internacional que deveriam ser consideradas seriamente. Sem excluir outros caminhos possíveis, pensamos explorar a viabilidade de **um imposto sobre as transacções financeiras internacionais**. Dados os presentes níveis de "flows" financeiros internacionais - de vários triliões de dólares por dia - um imposto de transacção de 0,1% ou ainda menos permitiria realizar somas capazes de responder às necessidades de recursos que a problemática da população e da qualidade de vida suscita.

É certo que há numerosas questões que terão de ser estudadas para determinar a viabilidade da proposta e as suas implicações práticas. Mas a Comissão tem a profunda convicção de que a gravidade da situação exige que se dê um salto quântico para pôr a economia ao serviço das pessoas - e que esse salto seja dado com coragem e determinação.

Não podemos limitar-nos ao curto prazo - o longo prazo é talvez mais urgente. Não podemos limitar-nos a acções pontuais e a programas isolados - exigem-se objectivos globais se queremos honestamente responder aos desafios de natureza global. É o tempo para passos ousados. A data limite para a acção positiva já não está num futuro distante - é amanhã.

5 April 1994

Maria de Lourdes Pintasilgo